

REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO DO ENVELHECIMENTO E DAS “DEFICIÊNCIAS”

Danyelle Gonzaga Monte da Costa¹

Mateus Egilson da Silva²

Paulo Henrique Oliveira Barbosa³

Nicole de Sousa Nobre⁴

RESUMO

Envelhecer é um processo natural que ocorre desde que nascemos, ficando porém mais evidente quando os indivíduos alcançam uma sobrevivência prolongada que vem acompanhada por mudanças físicas, sociais e psicológicas. É sabido que a forma como esse processo de envelhecimento acontece, está diretamente relacionada com diversos aspectos na qualidade de vida cujo o organismo foi submetido, no entanto, ao longo do tempo, naturalmente o organismo humano vai alterando suas funcionalidades com declínios nas funções cognitivas, intelectuais, físicas e interacionais. Estas podem afetar negativamente seu autocuidado e sua autonomia, deve-se salientar que a ênfase nesse trabalho não será do viés biomédico e sim no modelo social. De acordo com o último censo demográfico, verificou-se um percentual de 63% dos idosos brasileiros apresentando alguma deficiência que por sua vez necessitará de recursos humanos e materiais que por vezes não existem, como também políticas públicas que atendam as demandas e ofereçam garantia de seus direitos. O presente trabalho teve como objetivo realizar a partir da bibliografia a relação entre as temáticas das deficiências e do envelhecimento e/ou da perda de funcionalidades da pessoa idosa, e como essa população é considerada pela legislação brasileira de inclusão um grupo “especialmente vulnerável” a proposta visa contribuir para o embasamento de políticas públicas transversais voltadas à população idosa com deficiência. A literatura sobre a inteseccionalidade entre os assuntos propostos ainda é muito incipiente. Conclui-se, no entanto, a necessidade de um despertar para mais investigações sobre esse tema tão relevante para a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Envelhecimento, Deficiência, Autonomia, Autocuidado.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz uma reflexão entre o envelhecimento e as deficiências ancorando-se no modelo social da deficiência que será explicado no decorrer dessa exposição, ressaltando que a fundamentação teórica desse estudo encontrar-se-a na introdução do mesmo.

Para se compreender os modelos propostos sobre as deficiências se faz necessário discorrer sobre a trajetória da temática, considerando o contexto histórico, político, social e acadêmico, inclusive o uso de certas terminologias, que serão posteriormente esclarecidas.

Historicamente as pessoas com deficiência sofrem discriminação em todas as partes do mundo e no Brasil não é diferente (HARPUR, 2012), mesmo com várias iniciativas políticas e educacionais no decorrer dos anos, preconceitos, estereótipos e a discriminação ainda se fazem presente (KUHNEN, 2016).

¹ Docente da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, danymontec@yahoo.com.br

² Mestrando da Universidade Federal do Delta do Parnaíba- UFPar, mateusegaves@gmail.com

³ Graduando da Federal do Delta do Parnaíba-UFPar, psipauolobarbosa@gmail.com

⁴ Graduando da Federal do Delta do Parnaíba-UFPar, nicolnobre92@gmail.com

No tocante as questões políticas e de direitos que trouxeram avanços significativos para pessoas com deficiência, assinala-se a importância da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências (CDPD), que foi adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 3 de abril de 2008, entrando em vigência no dia 3 de maio de 2008. Segundo Dhandá (2008), a CDPD apresenta-se com um instrumento de direitos humanos e, portanto, uma lei universal. A autora, considera a CDPD como o membro mais recente da família do direito internacional dos direitos humanos. Daí a importância de se obter familiaridade com legislação para melhor compreensão do que ela promete às pessoas com deficiência, como também entender sua contribuição para a jurisprudência dos direitos humanos de uma maneira geral. Outro marcador legal importante, é a Lei nº 13.146/2015, chamada de Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para as pessoas com deficiência, visando a inclusão social e cidadania.

Para além das perspectivas já elencadas, a linguagem, é um importante elemento para que haja mudanças atitudinais frente as pessoas com deficiências (HARPUR, 2012). É notório que as terminologias e os conceitos utilizados influenciam diretamente em questões de cunho social (BARNES; MERCER; SHAKESPEARE, 1999). Sabe-se que alguns termos podem elevar ou reduzir as potencialidades de uma pessoa, como a exemplo “inválido” e “incapaz” trazendo uma carga que reforça a sensação de déficit, fracasso pessoal e segregação social (SHAKESPEARE, 2010). Nesse sentido, o presente trabalho traz o termo deficiências entendendo-o como um conceito que abrange várias esferas, até mesmo uma vertente cultural, que é mutável e não naturalizado. Assim como, a expressão pessoas com deficiência, enquanto um termo âncora que permite um olhar a partir de um nível mais estrutural, considerando a diversidade das pessoas com deficiência.

De acordo com Diniz e Medeiros (2004), os estudos sobre deficiência ainda são permeados de debates pouco discutidos no Brasil e por vezes ainda se utilizam do modelo biomédico para tais discussões. Felizmente uma parcela significativa na acadêmica na atualidade apresenta o tema relacionado-o a aspectos culturais, interseccionais e interdisciplinar portanto trazendo à tona o modelo social de deficiência, cujas discussões e conceituações se iniciaram na década de 1960 no Reino Unido, e se sabe que esse “novo” modelo instigou uma reviravolta nos modelos tradicionais de compreensão da deficiência, que até então, se pautavam apenas no modelo biomédico.

O modelo social da deficiência, conforme mencionado anteriormente, tem como ideia básica que a deficiência não deve ser compreendida como uma questão individual, mas como

uma questão eminentemente social, cuja responsabilidade pelas desvantagens das pessoas deficientes em suas respectivas limitações corporais ou sensoriais, passa para a incapacidade que a sociedade tem em se ajustar à diversidade (Oliver, 1990).

Ainda com relação ao modelo social da deficiência é importante ressaltar que na década de 1970 surge a Upias (The Union of the Physically Impaired Against Segregation), primeira organização sociopolítica idealizada de e para pessoas com deficiência, organizada por homens brancos de classe média no Reino Unido, que reivindicavam uma maior participação social, sobretudo quanto ao direito de se posicionar frente a própria história (Diniz, 2007). Essa organização tinha objetivos prioritariamente políticos, e não apenas assistenciais, como era o caso das instituições para deficientes criadas nos dois séculos anteriores (Upias, 1976). A partir dessa proposta, houveram mudanças expressivas na maneira do grupo de deficientes se organizar politicamente, cujo lema era “Nada para nós sem nós”, assim tentando romper com as concepções tradicionais excludentes e colocando a pessoa com deficiência na condição de pessoas cidadãs e históricas.

Se faz mister resgatar aqui a compreensão que até então, o que estava em voga que era a deficiência sendo tratada no modelo chamado biomédico, esse surgiu no século XVIII e veio para substituir às práticas assistencialistas de caráter religioso, segundo Santiago (2011), essas práticas emergiram da expansão do Cristianismo cujos preceitos religiosos, barganhavam as trocas de indulgências por subsídios à caridade para com os menos favorecidos.

Para Pacheco & Alves (2007), o modelo biomédico estava pautado na perspectiva das ciências médicas, que compreendiam a deficiência como um déficit do corpo e propunham tratamento e reabilitação para o organismo como meios para sanar ou atenuar supostos déficits. Em geral, o modelo médico utilizava-se como critérios de referência a perda de certos órgãos ou funções. A identificação da deficiência era feita levando-se em conta características isoladas desses órgãos.

Comparando os modelos, observa-se basicamente que o modelo biomédico considera a pessoa com deficiência como alguém que não está adequado à sociedade enquanto que no modelo social, a deficiência na inadequação encontra-se na sociedade que não está organizada para incluir todos indiscriminadamente.

É importante ressaltar que o presente estudo se ancorou no modelo social da primeira geração de estudiosos(as). Os teóricos da Primeira Geração deste modelo avançaram num ponto crucial quando incluíram as discussões no campo das humanidades, era proposto a eliminação de todas as barreiras ambientais e sociais garantiam o acesso de uma atuação social plena (Magnabosco & Souza, 2019).

O modelo social para Diniz (2007) reconhece o corpo com lesão, mas enfatiza como foco, a estrutura social que discrimina e oprime esse corpo. Para esse modelo, não precisa necessariamente existir a relação direta entre lesão e deficiência, essa discussão é levada da saúde para o âmbito da organização social e política. Portanto, a lesão é considerada uma característica corporal, como outras variáveis (raça, gênero etc.), nesse sentido a deficiência seria o resultado da opressão e da discriminação sofrida pelas pessoas em razão de uma sociedade excludente. A autora afirma que é possível uma pessoa ter lesões e não experimentar a deficiência, a depender de quanto a sociedade esteja preparada para aceitar e incluir a diversidade.

Ao revisar a semântica dos conceitos separando lesão e deficiência: a lesão perpassa sua discussão na perspectiva da saúde, enquanto deficiência na ordem dos direitos e da justiça social. Portanto, no modelo biomédico a lesão levava à deficiência, enquanto que no modelo social é a sociedade despreparada que ressalta as deficiências das pessoas e as excluem ou não as inserem.

A partir das premissas supracitadas sobre as perspectivas teóricas e políticas do modelo social da deficiência que traz a lesão como não sendo o único fator determinante da deficiência e, por vezes em algumas situações nem é o principal. Como também, se ancorando na argumentação que o modelo social explica a deficiência não apenas pelas características individuais, agrega diversas variáveis como a importância das condições socioeconômicas em que as pessoas com lesão vivem e por vezes falta de oportunidades. Percebe-se que nesse modelo é possível e necessário trazer a interseccionalidade dos construtos e no caso aqui em questão são o envelhecimento e as deficiências, atendendo assim, o objetivo primeiro desse trabalho que é exatamente abordar essa transversalidade.

É sabido que a população brasileira, está envelhecendo mais e tendo em conta a expectativa de vida cada vez mais alta, essa constatação está apontada em vários estudos tanto em países desenvolvidos, quanto em países em desenvolvimento (NICOLATO; SANTOS; CASTRO, 2017). Com relação ao Brasil, a exemplo, em 2012 a população idosa era de 25,4 milhões e em 2017 passou a ser de 30, 2 milhões (IBGE, 2019). E as perspectivas é que em 2060 a população idosa no Brasil chegue a 33,7% (IBGE, 2013).

Portanto, observa-se que os aparatos tecnológicos em vários campos estão favorecendo a uma maior longevidade. Considerando a vigência de uma vida longa, é importante ressaltar, que o processo de envelhecimento é inevitável devido as transformações naturais do ciclo vital, porém as pessoas necessitam se moldar a novos estilos de vida para assim, ter uma melhor adaptação a essa nova fase, tentando minimizar

a aceleração das limitações fisiológicas, biológicas e psicológicas (SOUZA et al., 2014).

Vale sempre lembrar que o envelhecimento não precisa ser necessariamente acompanhado da deficiência. É possível envelhecer com boas condições físicas e mentais, desde que seja promovido ajustes na sociedade para que as restrições corporais não sejam uma barreira intransponível na vida cotidiana dos(as) idosos(as).

Abberley (1987) verificou que muitas vezes a causa de grandes deficiências entre os idosos advém de um ambiente hostil que pode comprometer as suas funcionalidades corporais tornando-as pessoas com deficiências, e apresenta exemplos (doenças reumáticas, que se não tratadas a contento, pode comprometer a locomoção e cuja prevalência entre idosos é alta) portanto, daí a necessidade de ampliar o conceito de lesão e deficiência para outros grupos como o grupo dos idosos(as).

Essa relação entre envelhecimento e deficiência é importante por motivos diversos, a saber, que o envelhecimento vem acompanhado de algumas limitações nas capacidades físicas e, às vezes, intelectuais; no entanto, apesar do envelhecimento crescente na maioria da população mundial, pouco ou nada em geral, tem sido feito para que essas limitações não se tornem causa de deficiências; outro sim, é a ausência de mudanças atitudinais na sociedade, no sentido de como a sociedade organiza seu cotidiano para essa possível situação, é fato que se vivermos mais, obviamente seguiremos em direção a uma fase da vida em que nos tornaremos de alguma forma pessoas com deficiências, essa premissa por si só deveria motivar a um investimento de políticas públicas voltadas à deficiência, essa previsibilidade deveria nos fazer refletir sobre o fato que muito da deficiência é resultado de um contexto político, social e econômico que se reproduz ao longo do tempo, pois a deficiência no envelhecimento é parcialmente uma expressão das iniquidades surgidas no passado e que ainda são mantidas.

A interseção entre deficiência e envelhecimento, se torna de fácil compreensão quando se ancora os estudos nas perspectivas teóricas e políticas do modelo social da deficiência. A partir desse modelo esse diálogo entre ambos construtos traz reflexões para políticas de bem-estar para a população idosa.

METODOLOGIA

Na presente pesquisa foram utilizadas referências bibliográficas que permeiam as temáticas das deficiências e do envelhecimento, independente delas abordarem os temas com ou sem essa interseccionalidade, a princípio foram selecionados os textos que subsidiaram a

construção do aporte teórico, sendo esse material bibliográfico extraído de plataformas virtuais ou mesmo no formato físico. Após a seleção do material, foi realizado o fichamento das partes principais de cada texto e por fim se fez acontecer a escrita do produto final. Esse processo teve uma duração de 4 meses, desde os primeiros insights sobre o tema até a conclusão do material completo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como se trata se um artigo meramente bibliografico, os resultados e discussões não apresentarão dados quantitativos e sim um panorama breve sobre as apreensões das obras utilizadas para construi esse trabalho (artigos, livros, dissertações etc).

Com o acelerado e crescente envelhecimento da população idosa no Brasil, observa-se que esse grupo se encontra predisposto e vulnerável a se tornar um potencial grupo de deficientes, sendo assim, diante das demandas da pessoa idosa se faz necessário aproximar as temáticas em discussões teóricas e a posteriore pensar em práticas com intervenções de promoção e prevenção se faz urgente.

Os Estudos sobre a Deficiência e o movimento das pessoas com deficiência vem nos convidando há algum tempo, para mudanças no olhar, e enxergarmos as pessoas com deficiência para além de uma questão individual, mas como pessoas que por vezes são socialmente oprimidas, discriminadas, excluídas e invisibilizadas em vários âmbitos, desde o grupo familiar, perpassando pelos âmbitos do trabalho, das arquiteturas dos espaços públicos, dos meios de comunicação, dentre tantas outras esferas, e se compararmos essa situação em relação a uma parcela significativa de pessoas idosas, é possível entrelaçarmos os grupos.

Ao associarmos o envelhecimento à deficiência nos deparamos com alguma resistência em função do estigma associado ao termo "deficiente", mas partindo da concepção do modelo social, faz bastante sentido pensar que muitas pessoas idosas encontram-se excluídas de parte importante da sua vida social, numa proporção bem maior do que aquela que poderia ser atribuída a suas possíveis limitações e, daí refletimos que para além deficiência, alguns idosos(as) experimentam sabores de vivenciar condutas discriminatórias baseadas em preconceitos com relação as suas capacidades corporais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se faz necessário portanto, que as discussões sejam tecidas por laços harmônicos entre os vários grupos oprimidos, essas interseccionalidades nas temáticas traz ganhos, pela complexidade e diversidade interna em cada grupo, conclui-se que é melhor maneira de apreender e construir estratégias de enfrentamentos diante as dificuldades.

Concluimos portanto, a importância de trabalhar temas que envolvem grupos minoritários de maneira conjunta para que se observe as mais diversas variáveis (raça, nível socioeconômico, gênero, religião etc..) e assim podermos compreender questões subjacentes. Outrossim, uma vez se associando temáticas, a força no tocante as “lutas” para conquistas de direitos estarão mais consolidadas e respaldadas. Para finalizar, sugerimos que mais trabalhos sejam desenvolvidos com esse olhar de transversalidade.

REFERÊNCIAS

ABBERLEY, P. The Limits of Classical Social Theory in the Analysis and Transformation of Disablement – (Can this really be the end; to be stuck inside of Mobile with the Memphis Blues again>). In: L. BARTON; M. OLIVER. **Disability Studies: Past, Present And Future**. Leeds: The Disability Press, 1997. pp. 25-44.

BARNES C.; MERCER G.; SHAKESPEARE, T. **Exploring Disability: A Sociological Introduction**. London: Polity Press, 1999.

BRASIL. Lei nº 13.146, de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 de nov. 2023.

DHANDA, A. Construindo um novo léxico dos direitos humanos: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 5, n. 8, p. 42-59, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1806-64452008000100003>. Acesso em: 20 de nov. 2023.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

HARPUR, P. From disability to ability: changing the phrasing of the debate. **Disability & Society**, v. 27, n. 3, p. 325–337, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09687599.2012.654985>. Acesso em: 20 de nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060: revisão 2013**. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060: revisão 2019**. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019.

KUHNEN, R. T. Concepção de Deficiência na Política de Educação Especial Brasileira (1973-2016). **Rev. Bras. Educ. Espec.** v. 23, n. 3, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000300002>. Acesso em: 20 de nov. 2023.

MAGNABOSCO, M. B.; SOUZA, L. L. Aproximações possíveis entre os estudos da deficiência e as teorias feministas e de gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, p. e56147, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n256147>. Acesso em: 20 de nov. 2023.

MEDEIROS, M.; DINIZ, D. **A nova maneira de se entender a deficiência e o envelhecimento**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2004. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1878>. Acesso em: 20 de nov. 2023.

NICOLATO, F. V.; SANTOS, C. M.; CASTRO, E. A. B. Autocuidado e vivências do envelhecer de cuidadores familiares de idosos: contribuições para enfermagem gerontológica. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, v. 11, n. 1, p. 169-186. Disponível em: <https://doi.org/10.18569/tempus.v11i1.2050>. Acesso em: 20 de nov. 2023.

OLIVER, M. **The Politics of Disablement**. London: Macmillan, 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2011. 102p.

PACHECO, K. M. D. B.; ALVES, V. L. R. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. **Acta Fisiátrica**, v. 14, n. 4, p. 242-248, 2007. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-0190.v14i4a102875>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/actafisiatrica/article/view/102875>. Acesso em: 8 dez. 2023.

PEREIRA, A. M. B. A. **Viagem ao interior da sombra: deficiência, doença crônica e invisibilidade numa sociedade capacitista**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/8517>. Acesso em: 10 out. 2023.

SANTIAGO, S. A. S. **A História Da Exclusão Das Pessoas Com Deficiência: Aspectos Sócio-Econômicos, Religiosos e Educacionais.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SHAKESPEARE, T. The Social Model of Disability. In: L. J. Davis (Orgs). **The Disability Studies Reader.** New York: Routledge, 2006.

SOUZA, A. M. V et al. Grupos educativos para idosos na Estratégia Saúde da Família: uma nova perspectiva. **Revista Renome**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 162–169, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/renome/article/view/2588>. Acesso em: 8 dez. 2023.

THE UNION OF THE PHYSICALLY IMPAIRED AGAINST SEGREGATION. (UPIAS). **Fundamental Principles of Disability.** London: Union of the Physically Impaired Against Segregation, 1976.